

DESENVOLVIMENTO HUMANO OU CRESCIMENTO ECONÔMICO? OS ANOS 1980 NO BRASIL

Jadir Peçanha Rostoldo¹

Introdução

Esse artigo objetiva analisar a relação entre desenvolvimento humano e crescimento econômico na década de 1980, no Brasil, privilegiando as variáveis não-econômicas. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desenvolvimento humano “(...) *pode ser definido como um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social ou cultural*”². Esse conceito foi utilizado para a elaboração do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano³ (RDH), publicado em 1990, como uma das formas de reverter o processo em que os aspectos materiais associados ao desenvolvimento tinham maior peso do que os aspectos associados aos valores humanos.

Nesse sentido, é preciso esclarecer que o desenvolvimento humano não é o contrário do crescimento econômico⁴, mas o crescimento econômico é uma condição tão necessária para o desenvolvimento humano como este é para o crescimento econômico. É essa visão da sociedade que vamos utilizar para analisar a década de 1980 no Brasil⁵. Ampliando nossa análise para além da área econômica, percebemos que a sociedade brasileira progrediu em alguns aspectos. Não eliminou totalmente seus problemas, mas avançou na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

A análise está dividida em três partes, além da conclusão. Na primeira, focamos os números e as discussões sobre a educação, quantidade de analfabetos, taxa de alfabetização, nível de escolaridade e qualidade educacional. Na segunda, trabalhamos com os dados sobre a saúde, a habitação e o saneamento básico, como o acesso ao sistema de saúde, taxa de natalidade e mortalidade, desnutrição, condições habitacionais e acesso aos serviços de água e esgoto. Na terceira, nosso olhar se direciona para o mercado de trabalho e a pobreza, o desemprego, a taxa de participação da população no mercado de trabalho e o índice de pobreza. Na conclusão, utilizamos os dados e as informações apresentadas para fazer uma discussão com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

¹ Historiador, Mestre em Economia, Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Instituto de Educação Superior Novo Milênio (Campus Serra), no Espírito Santo.

² PNUD (Brasil). Projeto Desenvolvimento Humano no Brasil com a participação do IPEA, FJP e IBGE. *Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros*. Brasília: [s.n.], 1998, p. 5.

³ Internacional.

⁴ Análise dos países tendo como parâmetros principais as variáveis econômicas, principalmente a renda *per capita*.

⁵ Os anos 1980 são conhecidos, principalmente, por uma constante crise econômica, caracterizada por altas taxas de inflação, grande crescimento da dívida externa e planos econômicos ineficientes.

Educação

A Educação nos anos 1980 passou por algumas melhoras, apesar da manutenção de sérios problemas de evasão, repetência e analfabetismo. O número de pessoas de quinze anos ou mais que não sabe ler e escrever, indicador internacional de analfabetismo, diminuiu nesse período, passando de 26,0% em 1980 para 18,8% em 1989, como mostra a Tabela 1. Além dessa melhora, Carvalho, Kappel e Alves⁶ argumentam que outros resultados importantes e positivos ocorreram: o maior decréscimo proporcional do analfabetismo rural em relação ao urbano e a evolução positiva da frequência escolar (Tabelas 2 e 3). A frequência correspondente ao pré-escolar na idade de cinco e seis anos duplicou na década e grupos de idade de sete a quatorze mantiveram taxas de escolarização progressivas, passando de 70,3% em 1981 para 83,9% em 1989, principalmente nas famílias cujos rendimentos são de até ½ salário mínimo.

TABELA 1
NÚMERO DE ANALFABETOS E TAXA DE ANALFABETISMO
NA FAIXA ETÁRIA DE QUINZE ANOS OU MAIS, 1980-1989

ANO	POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS	Nº DE ANALFABETOS DE 15 ANOS OU MAIS	TAXA DE ANALFABETISMO
1980	74.436.482	19.330.254	26,0%
1983	78.504.410	17.204.041	21,9%
1986	86.454.036	17.320.725	20,0%
1989	93.642.547	17.587.580	18,8%

Fonte: Adaptada de BRASIL/MEC (1990: 20).

TABELA 2
BRASIL: POPULAÇÃO DE QUINZE ANOS E MAIS E TAXA DE
ANALFABETISMO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1981 E 1989

	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TOTAL	ANALFABETA	TAXA DE ANALFABETISMO
1981	Urbana	55.122.555	8.810.708	16,0%
	Rural	19.556.894	8.181.792	41,8%
	Total	74.679.449	16.992.500	22,8%
1989	Urbana	71.701.431	9.588.977	13,4%
	Rural	21.949.222	7.999.244	36,4%
	Total	93.650.653	17.588.221	18,8%
VARIAÇÃO ABSOLUTA	Urbana	16.578.876	778.269	- 2,6%
	Rural	2.392.328	- 182.548	- 5,4%
	Total	18.971.204	595.721	- 4,0%

Fonte: Adaptada de Silva (1992: 36).

⁶ CARVALHO, José C. B. de; KAPPEL, Maria D. B. & ALVES, Maria I. C. Condições educacionais. In: IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores sociais: uma análise da década de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995, p. 283-295.

TABELA 3
BRASIL: PESSOAS DE SETE A QUATORZE ANOS, POR CONDIÇÃO
DE FREQUÊNCIA À ESCOLA, 1981 E 1989

FREQUÊNCIA À ESCOLA		NÚMEROS ABSOLUTOS		DISTRIBUIÇÃO (%)		VARIACÃO ABSOLUTA (B - A)
		1981 (A)	1989 (B)	1981	1989	
Não estavam na escola	Até 1/2 salário mínimo	5.887.066	2.942.056	44,2	24,6	- 2.945.010
	Total	6.847.373	4.410.828	29,7	16,1	- 2.436.545
Estavam na escola	Até 1/2 salário mínimo	7.423.141	9.034.255	55,8	75,4	1.611.114
	Total	16.211.038	22.997.700	70,3	83,9	6.786.662
Não estavam/estavam na escola	Até 1/2 salário mínimo	13.310.207	11.976.311	100,0	100,0	- 1.333.896
	Total	23.058.411	27.408.528	100,0	100,0	4.350.117

Fonte: Adaptada de Silva (1992: 37).

Outra variável que Carvalho, Kappel e Alves destacaram para o período foi a elevação do nível de escolaridade dos chefes domiciliares, de um perfil majoritariamente analfabeto e não alfabetizado funcionalmente em 1980⁷, passou para um perfil em 1991 de alfabetizados funcionais⁸. Esse dado é importante, pois a escolaridade dos chefes domiciliares afeta diretamente seus familiares, tanto pelo lado orçamentário, em relação às oportunidades de bem-estar material de seus dependentes, quanto pelo sócio-educacional, condicionando as chances de escolarização de seus filhos e a própria ambiência cultural da família.

Um estudo do Ministério da Educação, em 1990, mostrou crescimento em dois pontos centrais do processo educacional brasileiro, a educação pré-escolar e o atendimento aos portadores de necessidades especiais (Tabelas 4 e 5). A educação pré-escolar é um dos investimentos preventivos mais eficazes no contexto de uma política social da infância. No Brasil, durante a década de 1980, houve um expressivo aumento do atendimento à criança de zero a seis anos, com um incremento no número de instituições e programas voltados para essa faixa etária. Em relação aos portadores de necessidades especiais, o sistema de ensino brasileiro determina que eles tenham acesso à educação especial durante todas as fases de ensino, e que essa educação proporcione: o desenvolvimento pleno de sua personalidade e a promoção de suas capacidades; a participação ativa na vida social e no mundo do trabalho; e a aquisição e elaboração de conhecimentos. Dados recentes mostram que 10% da população brasileira apresentam algum tipo de deficiência, porém apenas uma pequena parcela é atendida pelas instituições especializadas. Apesar de os números serem pequenos, na década de 1980. Houve uma melhora nesse acesso, que precisa de continuidade para que o ensino brasileiro promova um melhor atendimento às pessoas que apresentam necessidades especiais, transformando-as em verdadeiros cidadãos.

⁷ 55% eram sem instrução ou com apenas as séries iniciais do ensino primário.

⁸ 21% com primário completo e quase 36% de escolarizados pós-primário completo.

TABELA 4
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: POPULAÇÃO DE ZERO A SEIS ANOS
E TAXA DE ATENDIMENTO, 1980-1989

ANO	POPULAÇÃO DE 0-6 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO 0-6 ANOS
1980	22.536.396	5,9%
1983	22.266.679	8,9%
1986	23.759.776	12,0%
1989	23.133.083	15,3%

Fonte: Adaptada de BRASIL/MEC (1990: 25).

TABELA 5
EDUCAÇÃO ESPECIAL
INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS: NÚMEROS DE INSTITUIÇÕES,
ATENDIMENTO EDUCATIVO (MATRÍCULA)
E PESSOAL DOCENTE, 1981-1988

ANO	INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS	ATENDIMENTO EDUCATIVO (MATRÍCULA)	PESSOAL DOCENTE
1981	787	54.530	8.930
1984	843	76.525	10.857
1985	853	75.697	10.966
1987	1.035	77.259	14.787
1988	1.206	87.968	20.555

Fonte: Adaptada de BRASIL/MEC (1990: 68).

Em relação ao Sistema de Ensino Superior, Batista⁹ argumenta que, apesar de problemas, como a formação estritamente profissional, levando a deficiências no desenvolvimento de pesquisas, e o alto custo, o ensino superior apresentou crescimentos importantes, que ainda precisam ser melhorados para que possa contribuir mais ativamente para o processo de desenvolvimento do País (Tabelas 6, 7, 8 e 9). O corpo docente apresentou um crescimento de 21% na década e o número de instituições cresceu no âmbito estadual, municipal e particular, verificando-se que ocorreu a formação de faculdades integradas e de universidades a partir da unificação de instituições isoladas. O crescimento da matrícula foi de 10% e houve uma queda na relação alunos/docentes, que passou de 11,8 em 1980 para 10,8 em 1989, devido ao aumento no número de docentes contratados. Os docentes melhoraram sua titulação: em 1980, 26% eram especialistas, 14% mestres e 11% doutores; em 1989, esses percentuais passaram, respectivamente, para 29%, 19% e 12%, e houve uma massificação desse ensino, demonstrada pela notável expansão da oferta de vagas, que cresceu 16% na década de 1980.

⁹ BATISTA, Edlamar. *Ensino superior no Brasil: 1980-1991*. Brasília: IPEA, 1993 (Série "Texto para Discussão", n. 321).

TABELA 6
ENSINO SUPERIOR: Nº DE FUNÇÕES DOCENTES CONTRATADAS POR
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, 1980-1989

EXERCÍCIO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL	%
1980	45.010	15.180	4.186	52.451	116.827	-
1989	48.107	24.812	4.250	63.727	140.896	21%

Fonte: Adaptada de Batista (1993: 27-31).

TABELA 7
NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) POR
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, 1980-1989

EXER.	FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR		TOT.
	UNIV.	ISOL.	UNIV.	ISOL.	UNIV.	ISOL.	UNIV.	ISOL.	
1980	34	18	9	44	2	89	20	662	878
1989	35	19	16	68	3	79	39	643	902

Fonte: Adaptada de Batista (1993: 27-31).

TABELA 8
ENSINO SUPERIOR: NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES, CONTRATADAS,
AFASTADAS E EM EXERCÍCIO POR GRAU DE FORMAÇÃO, 1980-1989

ANO	CONTRATADOS	AFASTADOS	GRADUAÇÃO	ESPECIAL.	MESTRADO	DOCTORADO
1980	116.827	7.039	49.550	30.360	16.651	13.227
1989	140.896	12.867	43.852	41.007	26.899	16.271

Fonte: Adaptada de Batista (1993: 27-31).

TABELA 9
ENSINO SUPERIOR: PRINCIPAIS VARIÁVEIS, 1980-1989

EXERC.	VAGAS	ISCR. VESTIBULAR	INGRESSOS	MATRÍC.	FORMADOS	VAGAS OCIOSAS	RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTE
1980	404.814	1.803.567	356.667	1.377.286	226.423	48.147	11,8
1989	466.794	1.818.033	382.221	1.518.904	232.275	84.573	10,8

Fonte: Adaptada de Batista (1993: 27-31).

Os dados apresentados sobre a educação brasileira na década de 1980 demonstram um processo evolutivo de grande importância. É verdade que o País continua com sérios problemas educacionais, mas também é inegável que as ações implementadas naquela década contribuíram para amenizá-los.

Saúde, Habitação e Saneamento Básico

O acesso à saúde no Brasil, um dos principais direitos do cidadão, vem se alterando positivamente desde meados do século XX. Essa situação fica evidente,

nos anos 1980, quando analisamos variáveis como natalidade, mortalidade e prevalência de desnutrição sob a ótica da relação entre a transição epidemiológica¹⁰ e a transição demográfica¹¹.

TABELA 10
TAXAS DE NATALIDADE E MORTALIDADE¹², ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER E FECUNDIDADE TOTAL¹³, 1970-1980-1990

ANOS	1970	1980	1990
NATALIDADE	37,7	-	25,0
MORTALIDADE	9,4	-	7,0
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER	52,7	60,1	65,6
FECUNDIDADE TOTAL	5,76	4,35	3,64

Fonte: Adaptada de Monteiro (1995: 67).

Segundo Monteiro¹⁴, a queda da natalidade e mortalidade leva a um aumento da esperança de vida ao nascer e à redução da fecundidade (Tabela 10). Nos anos 1980, a população brasileira teve sua esperança de vida acrescida em cinco anos¹⁵, enquanto a queda na fecundidade, que aumenta o intervalo entre os partos, influenciou decisivamente na diminuição dos riscos de desnutrição e mortalidade de crianças, pois as mães passaram a ter mais tempo para cuidar dos filhos, aumentando o período de amamentação. O autor demonstra que, no mesmo período, a mortalidade infantil reduziu-se em mais de 1/3, passando de 75 para 47,5 óbitos por mil nascidos vivos (Tabela 11). Vale lembrar que esse é um indicador das condições gerais de saúde da população, sendo utilizado internacionalmente como indicador social. Além disso, a mudança na mortalidade proporcional por idade, entre 1977 e 1988, quando se percebe a diminuição da proporção de óbitos infantis e de crianças menores de dez anos, e o aumento da proporção de óbitos após cinqüenta anos refletem não só a diminuição da mortalidade, mas também o envelhecimento da população, que são outros indicadores de melhorias nas condições de saúde da população brasileira na década de 1980 (Tabela 12).

¹⁰ Mudanças nos padrões e níveis de saúde.

¹¹ Mudanças na mortalidade e fecundidade.

¹² Nascimentos e óbitos/ 1000 habitantes.

¹³ Filhos/ mulher.

¹⁴ MONTEIRO, Mário F. G. A mortalidade no contexto da transição epidemiológica. In: IBGE, *Indicadores...*, p. 67-77.

¹⁵ O aumento na quantidade de vida pode não refletir necessariamente uma melhora da qualidade de vida, no entanto, valores baixos expressam condições de saúde precária.

TABELA 11
TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL¹⁶, 1980-1988

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
TAXAS	75,0	68,4	64,5	66,7	65,9	58,1	53,2	51,0	47,5

Fonte: Adaptada de Monteiro (1995: 69-70).

TABELA 12
MORTALIDADE PROPORCIONAL POR IDADE¹⁷, 1977-1988

ANO	IDADES								
	- 1 ANO	1 - 9	10-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65-79	80+
1977	26,74	6,74	2,93	4,78	5,69	7,91	16,02	20,89	8,35
1988	13,58	3,25	2,77	5,64	6,69	8,27	18,85	25,63	15,32

Fonte: Adaptada de Monteiro (1995: 69-70).

Em relação à desnutrição, Silva¹⁸ nos apresenta dados positivos para a década: das crianças de zero a cinco anos, houve uma significativa e generalizada diminuição, de cerca de 46,1% em 1974/1975 para 30,7% em 1989. Segundo o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), o quadro nutricional melhorou devido a fatores diretos, como as melhorias de saneamento básico¹⁹, e fatores indiretos, por exemplo, queda da fecundidade, melhor nível geral de conhecimento e informação da população, crescente acesso a bens e serviços modernos e a rápida urbanização, característicos da década de 1980.

Pontual²⁰ defende que o direito a uma habitação condigna, além do conceito de abrigo, deve compreender a integração com a cidade em seu entorno, a disponibilidade de infra-estrutura urbana e de acesso ao mercado de trabalho e aos equipamentos públicos, é um pré-requisito importante para o exercício da cidadania. Assumindo esse conceito, um domicílio adequado propicia as condições necessárias para a proteção física dos seus moradores, o convívio familiar, a integração do indivíduo na comunidade e a reprodução da força de trabalho. Durante a década de 1980, houve no Brasil uma melhora geral nas condições habitacionais. Alexandre e Caillaux²¹ utilizaram quatro variáveis para compor o quadro habitacional brasileiro naquele período (Tabelas 13 e 14), comprovando essa melhora:

¹⁶ Óbitos infantis por mil nascidos vivos.

¹⁷ % óbitos.

¹⁸ SILVA, Luiz C. E. (coord.). *O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida*. Brasília: IPEA, 1992 (Série "Texto para Discussão", n. 274).

¹⁹ Fornecimento de água, infra-estrutura urbana e atenções básicas de saúde.

²⁰ PONTUAL, Ricardo. A questão habitacional no âmbito do sistema financeiro da habitação. In: IBGE, *Indicadores...*, p. 221-241.

²¹ ALEXANDRE, Marco A. dos Santos; CAILLAUX, Elisa. Condições habitacionais. In: IBGE, *Indicadores...*, p. 245-262.

- *Habitação*: envolve as variáveis ligadas à estrutura física dos domicílios, se os componentes de parede, piso e cobertura são de materiais duráveis ou não duráveis;
- *Serviços*: variáveis ligadas à existência de serviços básicos de utilidade pública nos domicílios, esgotamento sanitário/uso da instalação sanitária, abastecimento d'água, destino do lixo e iluminação elétrica;
- *Bens*: envolve as variáveis ligadas à posse de bens essenciais às condições de saúde, higiene, preparação e conservação dos alimentos, filtro de água, fogão e geladeira;
- *Densidade*: apresenta a relação entre o número de habitantes do domicílio e o número de cômodos.

TABELA 13
PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES
PERMANENTES ADEQUADOS
ÁREA URBANA - 1982 E 1990

REGIÕES	HABITAÇÃO		SERVIÇOS		BENS		DENSIDADE	
	1982	1990	1982	1990	1982	1990	1982	1990
Norte	84,8	89,7	20,2	40,7	33,0	40,6	29,2	40,8
Nordeste	79,7	86,0	18,3	32,7	35,9	44,6	47,8	55,6
Sudeste	93,7	96,4	65,1	75,6	60,0	67,5	50,0	62,9
Sul	96,6	96,2	45,5	64,0	75,1	86,3	59,7	71,7
Centro-Oeste	86,1	92,5	25,1	41,1	50,1	63,4	49,4	65,2

Fonte: Alexandre e Caillaux (1995: 246).

TABELA 14
PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES
PERMANENTES ADEQUADOS
ÁREA RURAL - 1982 E 1990

REGIÕES	HABITAÇÃO		SERVIÇOS		BENS		DENSIDADE	
	1982	1990	1982	1990	1982	1990	1982	1990
Nordeste	40,6	54,9	1,1	2,9	4,7	9,7	35,9	41,7
Sudeste	75,2	86,6	3,7	13,9	15,8	33,4	51,1	60,9
Sul	90,6	94,2	2,1	7,4	41,6	67,8	48,7	63,3
Centro-Oeste	50,6	71,7	0,7	3,7	8,4	24,4	38,6	50,9

Fonte: Alexandre e Caillaux (1995: 246).

Silva²² também concorda que ocorreram melhorias nas condições de habitação na década de 1980. Podemos verificar essa mudança pela redução da participação relativa dos domicílios rústicos²³ e dos com elevada densidade²⁴ no conjunto de

²² Silva (coord.), *O que mostram...*

²³ Aqueles em cuja construção predominam os materiais improvisados.

²⁴ Com mais de três moradores por dormitório.

domicílios brasileiros. Os domicílios rústicos passaram de 9,9% para 5,8% e os com elevada densidade de 16,3% para 11,8%, no período de 1981 a 1989. Para o autor, a melhoria das condições nas favelas e nos loteamentos periféricos contribuiu decisivamente para essa transformação.

As melhorias em relação à habitação na década de 1980 foram evidentes. No entanto, não podemos esquecer que as desigualdades continuam grandes, evidenciando a necessidade da adoção de uma política habitacional agressiva e sistemática, visando a eliminar os desequilíbrios.

Em relação ao saneamento básico, o Brasil apresentou uma grande expansão dos serviços na década de 1980 (Tabela 15). Segundo Santos²⁵, no final do período, 81,6% dos moradores das cidades eram abastecidos de água no interior de seus domicílios, 53% possuíam instalação sanitária de uso exclusivo ligada à rede geral e 78,5% tinham lixo coletado, taxas que representaram grande progresso nas condições de bem-estar da população. Na área rural, o nível de atendimento foi mais baixo do que na urbana, no entanto também apresentou sensíveis melhoras. O abastecimento de água por rede geral, com canalização interna, atendia 3,2% dos domicílios em 1980 e atingiu 12,9% em 1990. Aqueles domicílios que possuíam instalação sanitária ligada à rede geral ou fossa séptica passaram de 7,1% em 1980 para 13% em 1990, 12% tinham o lixo coletado e 34,5% queimado ou enterrado em 1990. Como consequência dessa evolução favorável, em 1990, 93,67 milhões de pessoas eram atendidas por sistemas de água, 54,8 milhões possuíam instalação sanitária ligada à rede de esgoto, e 22,3 milhões, ligada à fossa séptica, enquanto 89,9 milhões tinham o lixo coletado.

TABELA 15
BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES
URBANOS POR SERVIÇO DOMICILIAR
1981/1990

ANO	ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR REDE GERAL		INSTALAÇÃO SANITÁRIA DE USO EXCLUSIVO		COLETA DE LIXO
	COM CANALIZAÇÃO INTERNA	SEM CANALIZAÇÃO INTERNA	REDE GERAL	FOSSA SÉPTICA	
1981	70,0	9,6	38,0	16,1	65,8
1990	82,7	7,9	50,9	17,5	80,5

Fonte: Adaptada de Santos (1995: 270).

Mercado de Trabalho e Pobreza

Considerando o mercado de trabalho, Amadeo *et al*²⁶ argumentam que, apesar de a taxa de crescimento do PIB nos anos 1980 ter sido bastante inferior a dos anos 1970, o número de postos de trabalho, naquela década, cresceu

²⁵ SANTOS, Marcio M. Condições de saneamento básico. In: IBGE, *Indicadores...*, p. 265-277.

²⁶ AMADEO, E. et al. *A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980*. Brasília: IPEA, 1994 (Série "Texto para Discussão", n. 353).

continuamente a uma taxa de 3,5% a.a.²⁷, superando a taxa de crescimento populacional de 2,1% a.a. Em números absolutos, a população ocupada cresceu de 45,5 milhões em 1981 para 62,1 milhões em 1990, representando mais de 16 milhões de novos postos de trabalho e um crescimento de mais de 35% na força de trabalho do período. Em relação aos anos 1970, o crescimento em termos absolutos foi maior e, em termos relativos, foi similar. O nível de desemprego permaneceu estável e baixo durante toda a década de 1980. No final do período recessivo de 1981/1983, a taxa atingiu 4,9% da força de trabalho e no final da década oscilava entre 3,5 e 4%.

A excepcional capacidade de absorção de mão-de-obra da economia brasileira, na década de 1980, fica evidente quando analisamos a taxa de participação no mercado de trabalho. Segundo Amadeo *et al*²⁸, ela cresceu três pontos percentuais entre 1979 e 1990, mostrando que, apesar do baixo crescimento do PIB, o volume de empregos gerados foi suficiente não só para manter a taxa de desemprego baixa, mas também para suportar um crescimento significativo na taxa de participação. Dessa forma, podemos verificar que a criação de postos de trabalho não foi um problema significativo durante a década de 1980.

O crescimento de três pontos percentuais da taxa de participação da população no mercado de trabalho correspondeu a um crescimento da população economicamente ativa em 3,5% a.a. Esse percentual foi superior à expansão da população ativa, 2,7% a.a. Segundo Silva²⁹, esse dado é importante, pois, além de ocorrer em um período de baixo crescimento econômico, contribuiu na geração de rendimentos das famílias. Para o autor, outro indicador importante do período é a taxa de desemprego aberto³⁰, que sofreu uma redução de 4,3% em 1981 para 3% em 1989, significando uma redução absoluta no número de desocupados de 2.023 para 1.891 mil. A força de trabalho com mais de cinco anos de estudo aumentou de 36,2% para 46,7%, e os rendimentos médios mensais dos ocupados obtiveram um crescimento real de 2,9% a.a. no mesmo período. Os ganhos foram importantes para os trabalhadores, mas não podemos esquecer que o mercado de trabalho no Brasil ainda apresenta grandes desigualdades, que precisam ser eliminadas.

Analisando o mercado de trabalho brasileiro, Baer³¹ detectou que houve um aumento de 3% no emprego no setor de empresas públicas no período 1980/85, assim como os salários reais em São Paulo aumentaram entre 1986/1989 e os níveis de emprego nas indústrias paulistas mantiveram-se estáveis entre 1980/1990. No entanto, embora o desemprego aberto continuasse a ser relativamente baixo nas regiões metropolitanas, ocorreu um considerável aumento de trabalhadores não registrados em 1991 e um acentuado aumento de trabalhadores autônomos após 1986, indicando um crescimento significativo do setor informal. Para o autor os números da década indicam um declínio no bem-estar da força de trabalho.

²⁷ Cerca de 1,9 milhão de novos empregos por ano.

²⁸ AMADEO *et al*, *A natureza...*

²⁹ SILVA (coord.), *O que mostram...*

³⁰ Ou taxa de desocupação aberta - porcentagem das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

³¹ BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002.

No período entre 1981/1990, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Oliveira, Porcaro e Jorge³² verificaram uma intensidade maior do crescimento dos indicadores de participação no mercado de trabalho em relação a evolução da população brasileira: enquanto a população cresceu 23,1%, a população economicamente ativa (PEA) e a população ocupada (PO) cresceram, respectivamente, 35,8% e 36,6%. Apesar do número generalizado, os autores defendem que a tendência de maior participação econômica é inquestionável. Não esquecendo que, em 1990, o critério de seletividade da população ocupada era diferente do de 1981: maior grau de envelhecimento, melhores níveis de escolaridade, uma distribuição mais equitativa entre homens e mulheres, e uma concentração ainda maior em atividades urbanas e não agrícolas.

Para os autores, durante 1981/1990 o terciário foi o setor que mais cresceu sua expansão ocupacional, centrado nos serviços públicos, no comércio estabelecido e ambulante, e na prestação de serviços. Essa concentração ocorreu devido aos baixos requerimentos (de capital ou de capacidade profissional) que esses postos de trabalho pressupõem para serem exercidos. As alterações no mercado de trabalho, no referido período, podem ser percebidas por um crescimento acentuado de atividades que demandam baixa qualificação, pela expansão da produção independente em áreas urbanas, por uma participação da mulheres na população ativa e por uma menor proporção de contribuintes à Previdência Social.

As mudanças no perfil de trabalho e do rendimento durante a década de 1980, tanto provocou o surgimento de fenômenos como a perda de importância relativa do assalariamento, em contraposição à produção independente, e a redução na proporção de trabalhadores vinculados à Previdência Social, quanto intensificou alguns processos, tais como a urbanização e terceirização no mercado de mão-de-obra, o aumento das taxas de atividade econômica, sobretudo das mulheres, a deterioração dos níveis de rendimento, e a precarização das relações de trabalho, motivada, principalmente, pela redução dos níveis de cobertura social e/ou de menores níveis de remuneração.

Silva³³ realizou um estudo, a partir dos indicadores apontados acima, para os anos de 1981 e 1989, com o objetivo de analisar o crescimento da pobreza³⁴ no período. Constatou que houve uma deterioração da situação econômica do País nessa época, porém, em relação aos indicadores sociais, o consenso geral do aumento da pobreza não se manteve, pois alguns indicadores mostraram melhorias nas condições de vida da população.

Os dados das tabelas a seguir mostram que as porcentagens de famílias até ¼ sm *per capita* se reduziram em 2,3% entre 1981 e 1989; as de ¼ a ½ sm em 1,8%; e as de ½ a 1 sm em 2,6%. Dessa forma, a redução de famílias pobres foi de 4,1%,

³² OLIVEIRA, Jane Souto de; PORCARO, Rosa Maria; JORGE, Angela Filgueiras. *Mudanças no perfil de trabalho e rendimento no Brasil*. In: FIBGE, *Indicadores...*, p. 145-178.

³³ Silva (coord.), *O que mostram...*

³⁴ A metodologia utilizada para separar as famílias ou indivíduos pobres dos não pobres foi o poder de compra do salário mínimo. Fixou-se um valor arbitrário em termos absolutos ou *per capita* a partir do qual seria definido o conjunto das famílias/indivíduos pobres.

o que equivale a 5,8% em número de pessoas³⁵. No entanto, precisamos levar em consideração que houve crescimento absoluto dos pobres e que o percentual da pobreza familiar ou individual³⁶ ainda é um número alto e inadmissível. Por outro lado, é inegável que a classe que se situa na faixa de rendimentos superior a um salário mínimo *per capita* cresceu na década a uma velocidade superior ao crescimento vegetativo das famílias e dos indivíduos: aumento da ordem de 5,5 milhões de famílias (5,7% a.a.), totalizando 17,6 milhões de pessoas (5,3% a.a.), enquanto, no Brasil, as famílias cresceram cerca de 9 milhões (3,6% a.a.) e a população aproximadamente 24 milhões (2,3% a.a.). Silva (1992) considera que, no universo da análise, a evolução da pobreza tendeu a melhorar na década de 1980, tanto pelo tamanho médio familiar³⁷ quanto pela homogeneização do salário mínimo.

TABELA 16
BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS E PESSOAS RESIDENTES EM
DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO
MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, 1981 E 1989

	CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR <i>PER CAPITA</i> (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)	1981 % (A)	1989 % (B)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (B - A)	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)
FAMÍLIAS	ATÉ 1/4	17,7	15,4	- 2,3	- 1,7
	1/4 - 1/2	20,8	19,0	- 1,8	- 1,1
	1/2 - 1,0	25,4	22,8	- 2,6	- 1,4
	MAIS DE 1,0	35,3	41,7	6,3	2,1
ACUMULADO	ATÉ 1/4	17,7	15,4	- 2,3	- 1,7
	1/4 - 1/2	38,5	34,4	- 4,1	- 1,4
	1/1 - 1,0	63,9	57,2	- 6,7	- 1,4
PESSOAS	ATÉ 1/4	22,3	19,5	- 2,8	- 1,7
	1/4 - 1/2	23,4	20,4	- 3,0	- 1,7
	1/2 - 1,0	24,6	22,5	- 2,1	- 1,1
	MAIS DE 1,0	28,9	36,4	7,5	2,9
ACUMULADO	ATÉ 1/4	22,3	19,5	- 2,8	- 1,7
	1/4 - 1/2	45,7	39,9	- 5,8	- 1,7
	1/2 - 1,0	70,3	62,4	- 7,9	- 1,5

Fonte: Adaptada de Silva (1992: 14).

³⁵ Aceitando o limite de 1/2 salário mínimo (sm) *per capita* para medição da pobreza relativa e utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como deflator desse mesmo salário.

³⁶ Cerca de 30% do total.

³⁷ Que passou de 4,30 componentes em 1981 para 3,91 em 1989.

TABELA 17
BRASIL: FAMÍLIAS E PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, 1981 E 1989

	CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA (em salários mínimos)	1981 (em milhares) (A)	1989 (em milhares) (B)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (B - A)	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)
FAMÍLIAS	ATÉ 1/4	4.894	5.653	759	1,8
	1/4 - 1/2	5.762	6.959	1.197	2,4
	1/2 - 1,0	7.025	8.342	1.316	2,2
	MAIS DE 1,0	9.787	15.274	5.487	5,7
ACUMULADO	ATÉ 1/4	4.894	5.653	759	1,8
	1/4 - 1/2	10.656	12.612	1.956	2,1
	1/1 - 1,0	17.681	20.954	3.272	2,1
PESSOAS	ATÉ 1/4	26.610	27.921	1.311	0,6
	1/4 - 1/2	27.868	29.172	1.304	0,6
	1/2 - 1,0	29.336	32.253	2.917	1,2
	MAIS DE 1,0	34.416	52.064	17.648	5,3
ACUMULADO	ATÉ 1/4	26.610	27.921	1.311	0,6
	1/4 - 1/2	54.478	57.093	2.615	0,6
	1/2 - 1,0	83.814	89.346	5.532	0,8

Fonte: Adaptada de Silva (1992: 15).

Conclusão

Os dados e informações apresentados em todas as análises anteriores nos levam a pensar o desenvolvimento da sociedade brasileira por outra ótica, aquela em que se mensura o desenvolvimento humano a partir de diversas variáveis, além da econômica. Com esse objetivo, o PNUD criou, em 1990, o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), que vem se constituindo em um dos instrumentos mais aceitáveis para o conhecimento das realidades sociais de um povo e para a mobilização política em busca do progresso integral e harmônico das nações. Esse índice representa três características desejáveis e esperadas do processo de desenvolvimento humano: a longevidade de uma população, expressa pela esperança de vida; seu grau de conhecimento, representado pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino; e sua renda ou PIB *per capita*, ajustada para refletir a paridade do poder de compra entre os países. Ele se situa entre os valores zero e um, da seguinte forma:

- Países com baixo desenvolvimento humano, quando o IDH for menor do que 0,500;
- Países de médio desenvolvimento humano, para os valores entre 0,500 e 0,800;
- Países de alto desenvolvimento humano, quando o índice for superior a 0,800³⁸.

³⁸ PNUD, *Projeto Desenvolvimento...*, p. 20

A partir do estudo “Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros”, o PNUD³⁹ demonstrou que o Brasil, historicamente, tem avançado na área de desenvolvimento humano quando esse processo é medido pelo IDH (TABELA 18). Na década de 1980, tanto o País quanto todas as macrorregiões tiveram sensível e sistemática melhoria nos seus índices, assim como nos seus três componentes. O Brasil como um todo chegou próximo ao índice de alto desenvolvimento em 1991 (0,787), e três macrorregiões atingiram esse índice no mesmo ano (Sudeste - 0,832, Sul - 0,834 e Centro-Oeste - 0,817). A grande contribuição para essa melhoria veio da dimensão longevidade e educação, com parcelas de 45% e 38%, respectivamente. A dimensão renda teve uma contribuição pequena, de 16% do total. Fica evidenciado, então, que a renda é uma dimensão necessária, mas não suficiente do desenvolvimento humano, ratificando dessa forma o novo conceito de desenvolvimento adotado pelo PNUD.

Entretanto, algumas análises sobre os padrões e níveis de desenvolvimento social no Brasil, dos anos 1980, apontam para um agravamento do quadro social marcado pela precariedade do trabalho, pela elevada concentração de renda, e pelo expressivo

TABELA 18
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

UNIDADE	BRASIL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Esperança de vida ao nascer (anos)	61,76	66,13	60,30	65,67	57,67	62,71	64,26	67,71	64,60	68,90	62,22	67,14
Taxa de alfabetização de adultos (%)	74,70	80,60	69,40	75,90	54,10	63,50	83,50	88,20	84,20	88,70	76,50	83,90
Taxa combinada de matrícula nos 3 níveis de ensino (%)	61,20	67,80	55,60	63,00	56,00	60,30	65,70	72,90	60,80	70,70	62,90	73,20
PIB per capita PPC\$	4.882	5.023	3.068	3.516	2.021	2.360	6.981	6.867	5.235	5.237	4.271	5.575
PIB per capita ajustado PPC\$	4.882	5.023	3.068	3.516	2.021	2.360	5.250	5.248	5.182	5.182	4.271	5.205
Índice de esperança de vida	0,613	0,686	0,588	0,678	0,545	0,629	0,654	0,712	0,660	0,732	0,620	0,702
Índice de educação	0,702	0,763	0,648	0,716	0,547	0,624	0,776	0,831	0,764	0,827	0,720	0,803
Índice de PIB	0,887	0,913	0,550	0,633	0,356	0,419	0,955	0,955	0,942	0,942	0,773	0,947
IDH	0,734	0,787	0,595	0,676	0,483	0,557	0,795	0,832	0,789	0,834	0,704	0,817

Fonte: Adaptada de PNUD (1998: 124).

³⁹ PNUD, *Projeto Desenvolvimento...*

grau de desigualdade social. Por outro lado, podemos caracterizar o período por suas conquistas democráticas e pela emergência de novas e articuladas demandas colocadas pela sociedade organizada, onde observa-se um considerável incremento na constituição de sindicatos, partidos e movimentos sociais, que proporcionam o surgimento de uma maior pluralidade ideológica, a emergência de novos atores políticos e a expressão articulada de novas demandas sociais.

A educação, a saúde, as taxas de natalidade, mortalidade e desnutrição, as condições de habitação e de saneamento básico, o mercado de trabalho e os números da pobreza, entre outros indicadores, devem ser analisados quando se pretende compreender a história de um país em um determinado período. O crescimento econômico não pode ser a única variável a ser considerada, pois o desenvolvimento humano não resulta apenas do setor econômico. Aceitando o conceito de desenvolvimento do PNUD, acreditando ser o IDH um importante índice para se conhecer a realidade de um país e analisando os dados apresentados, observamos que o Brasil progrediu na década de 1980. Reconhecemos que não foi o progresso esperado e necessário para suprir as carências da população, mas foi suficiente para provocar uma melhoria nos indicadores sociais.

Bibliografia

- AMADEO, E. et al. *A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980*. Brasília: IPEA, 1994 (Série “Texto para Discussão”, n. 353).
- BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002.
- BATISTA, Edlamar. *Ensino superior no Brasil: 1980-1991*. Brasília: IPEA, 1993 (Série “Texto para Discussão”, n. 321).
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Administração Geral. *A educação no Brasil na década de 80*. Brasília: MEC, 1990.
- IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores sociais: uma análise da década de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
- SILVA, Luiz C. E. (coord.). *O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida*. Brasília: IPEA, 1992 (Série “Texto para Discussão”, n. 274).

RESUMO

DESENVOLVIMENTO HUMANO OU CRESCIMENTO ECONÔMICO? OS ANOS 80 NO BRASIL

O artigo analisa a relação entre desenvolvimento humano e crescimento econômico na década de 1980, no Brasil, privilegiando as variáveis não econômicas. Apresenta e discute os indicadores da educação, da saúde, as taxas de natalidade, mortalidade e desnutrição, as condições de habitação e de saneamento básico, o mercado de trabalho e os números da pobreza no período. Destaca a importância do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como instrumento para o conhecimento das realidades sociais e para a mobilização política. Conclui que, apesar dos problemas econômicos, o país progrediu na busca de um desenvolvimento humano aceitável nos anos 1980.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Humano; Crescimento Econômico; Década de 1980.

ABSTRACT

HUMAN DEVELOPMENT OR ECONOMICS GROWTH? THE 1980's IN BRAZIL

This article analyses the relationship between human development and economics growth in the 1980's in Brazil, privileging non economics variables. It presents and discusses the education and health indicators, birth, death and nourished poorty rates, housing and basic sanitation conditions, work market and poverty data in that period. It emphasizes the Human Development Index (HDI) as an important instrument for obtaining knowledge about social realities and political mobilization. It concludes stating that, despite de economic problems, the country improved in search of for acceptable human development in the 1980's.

Keywords: Human Development; Economics Growth; 1980's.